História e aristocracia

Do ponto de vista histórico, Nuno Monteiro prefere reservar o uso do termo aristocracia para se referir a um fenómeno de associação entre um tipo de grupo social fechado e o poder que emergiu no século XVI e terminou no século XIX. Embora a historiografia actual não esteja toda sintonizada nessa restrição, e haja publicações onde se fala de aristocracia dos senhores do algodão do Sul dos Estados Unidos, no tempo da escravatura, o uso das palavras tende a perder riqueza e rigor de significado. Será possível manter algum esforço de compreensão do que foi a aristocracia se este termo se referir a fenómenos tão alheios entre si?

Do ponto de vista sociológico, será melhor respeitar o critério histórico e aceitar a especificidade e singularidade do fenómeno, ou será preferível caracterizá-lo como subespécie de fenómenos de poder muito diversificados e emergentes em culturas e configurações sociais muito distintas? E deve reservar-se a aristocracia para uso da historiografia ou deve a sociologia usar o termo e procurar caracterizá-lo? Haverá um paralelo entre este problema e a escravatura: a noção de uma forma moderna de escravatura (a exploração) que esteve na origem da noção de proletariado – literalmente herdeiros da condição de escravos?

Aristocracia é uma palavra de origem clássica. Aristóteles e a Bíblia eram as grandes fontes de referências intelectuais no século XVI. Da tipologia do poder do primeiro, querendo designar o governo pelos melhores, se retirou a palavra para referir a) o grupo fechado, endogâmico, de nobreza de corte, que b) vivia de rendimentos fundiários e c) dominava as decisões políticas do Estado e do Rei. Tal grupo tinha a característica de d) se referir simbolicamente a linhagens de sangue fundadas em méritos e responsabilidades militares, responsabilidades que foram centralizadas e unificadas paulatinamente sob o rei e o estado. A existência desse grupo e) estava consignada em privilégios de natureza legal, isto é, expressamente reconhecidos pelas sociedades como obrigação de honrar.

Esta aristocracia foi o principal alvo dos movimentos políticos liberais, no século XIX particularmente fortes no sul da Europa. É dessa altura o carácter pejorativo que o termo adquiriu.

A historiografia distingue, na diversidade de casos nacionais, os países de aristocracia restrita e, como é o caso de Portugal, de aristocracia alargada. No primeiro caso há uma coincidência entre a nobreza e a aristocracia. No segundo caso, uma parte importante da nobreza não exerce influência ao nível do poder instituído. Houve em Portugal uma tradição de grande proximidade da nobreza aristocrática – poucas famílias – com o Rei, na quarta dinastia. O resto da nobreza tinha graus de influência limitados ou nulos, o que era a maioria.

A Inquisição foi um poder instituído à margem dos pares do Reino. Estes formavam um conselho de estado cuja influência, variável, era frequentemente prevalecente. São conhecidos episódios de confronto directo entre os dois poderes e destes com o poder real.

É possível conhecer as origens sociais das elites políticas do século XIX. E sabe-se serem de origens estranhas à aristocracia. Embora haja uma continuidade e a influência da aristocracia do poder ainda se continue a fazer sentir por todo o século XIX, a sua decadência também é evidente e termina, derrotada definitivamente, com a primeira guerra mundial.

A classe média é uma expressão que começa a ser utilizada em Inglaterra e França, no século XIX, como parte do discurso político para argumentar a favor da democracia. Isto é, para entregar o poder político aos parlamentos em representação de um grupo alargado e diversificado de gente com rendimentos próprios, do comércio ou dos ofícios, por oposição à aristocracia do conselho de estado e à populaça, que saberia estragar mas não saberia pensar, por não ter interesses económicos a defender como tinha a classe média. De onde a democracia ter começado por ser de sufrágio restrito a quem representasse casas burguesas, digamos assim, equiparadas – em termos de direitos de voto – às casas aristocráticas.

A aristocracia pode ser considerada uma elite nobiliárquica, cujo monopólio do poder se extinguiu à medida que o poder foi distribuído por outras elites, sobretudo de comerciantes no caso português.